COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA

PROJETO DE LEI Nº 2.899, DE 2008

Obriga as operadoras de telefonia fixa e móvel ao pagamento de multa em razão de danos decorrentes da ineficiência em garantir a privacidade de seus usuários.

Autor: Deputado WILLIAM WOO

Relator: Deputado NELSON PROENÇA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 2.899, de 2008, penaliza com multa de dez mil salários mínimos as operadoras de telefonia fixa ou móvel em caso de quebra do sigilo da comunicação de seus assinantes. O projeto imputa às empresas a responsabilidade por prover os meios necessários que assegurem a privacidade dos usuários no que tange o acesso a seus dados e às comunicações feitas por meio do suporte telefônico. O autor justifica que “é imperdoável que as companhias telefônicas permaneçam impassíveis e inertes diante de irregularidades”, como a interceptação telefônica e o roubo de dados pessoais.

Em 5 de novembro de 2008, a Comissão de Defesa do Consumidor aprovou parecer do relator, Deputado Vinícius Carvalho, pela rejeição do referido Projeto de Lei, sob a alegação de que “a preocupação do autor do Projeto de Lei em dar a devida proteção ao consumidor já está plenamente atendida”. Adicionalmente, o relator argumenta que o projeto pode induzir o usuário a forjar um “grampo”, para receber a indenização.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva por parte das comissões, e será submetida ao exame da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, após a apreciação desta comissão. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

As novas tecnologias estão tornando os meios de comunicação cada vez mais invasivos. Os sistemas *wireless*, ou seja, sem fio, fazem com que as pessoas estejam “comunicáveis” praticamente 24 horas por dia, e os novos *softwares* permitem um mapeamento completo do perfil desse cliente totalmente conectado. As operadoras sabem o que ele faz; sua renda mensal, seus hábitos e seus *hobbies*, entre outras informações.

Com os novos recursos, as operadoras de telecomunicações detêm um banco de dados de grande valia para as empresas em geral, ávidas por chegar da forma mais eficaz e direta e menos onerosa ao consumidor. O resultado é uma grande tentação para quebrar o sigilo dos dados desses clientes, distribuindo ou “vendendo” informações de grande interesse no mercado publicitário.

O sigilo das comunicações telefônicas é um dos direitos mais pacificados na Constituição brasileira, cuja exceção é admitida apenas em caso de investigação criminal ou instrução processual penal, mediante ordem judicial. No entanto, observamos que as escutas telefônicas clandestinas têm sido quase uma prática endêmica em nosso País, por diversos motivos, e um dos principais é a impunidade. Além da Constituição, o direito ao sigilo dos dados e da comunicação está presente na legislação em vigor e em normas específicas.

A Lei Geral de Telecomunicações - LGT, Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997, prevê, no art. 3º, a privacidade de seus usuários, ao assegurar ao usuário de telecomunicações o direito:

- “à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucional e legalmente previstas (V)”;
- “à não divulgação, caso o requeira, de seu código de acesso (VI)”;
- “ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora do serviço (IX)”;
- “à reparação dos danos causados pela violação de seus direitos (XII)”.

A LGT especifica em que situação a prestadora poderá fazer uso dos dados dos assinantes:

“Art. 72. Apenas na execução de sua atividade, a prestadora poderá valer-se de informações relativas à utilização individual do serviço pelo usuário.

§ 1º A divulgação das informações individuais dependerá da anuência expressa e específica do usuário.

§ 2º A prestadora poderá divulgar a terceiros informações agregadas sobre o uso de seus serviços, desde que elas não permitam a identificação, direta ou indireta, do usuário, ou a violação de sua intimidade.”

Os regulamentos reforçam o direito ao sigilo. A Resolução n.º 426, de 9 de dezembro de 2005, que aprovou o Regulamento do Serviço Fixo Telefônico Comutado (STFC), estabelece, no art. 23, a responsabilidade da prestadora pela inviolabilidade do sigilo das comunicações em toda a sua rede, exceto nos segmentos instalados nas dependências do imóvel indicado pelo assinante. O Parágrafo Único do art. 23 da referida Resolução prevê que: “a prestadora tem o dever de zelar pelo sigilo inerente ao STFC e pela confidencialidade quanto aos dados e informações, empregando meios e tecnologia que assegurem este direito do usuário”.

Com uma base de 150 milhões de estações em atividade, mais de 100 milhões de unidades a mais do que tem o sistema fixo, o Serviço Móvel Pessoal (SMP) também tem obrigações quanto ao segredo da comunicação. A Resolução n.º 477, de 7 de agosto de 2007, assegura o direito dos usuários do SMP à inviolabilidade e sigilo de sua comunicação, ressalvados os preceitos constitucionais. O art. 89 da referida Resolução estabelece que as operadoras devem utilizar todos os recursos tecnológicos para assegurar a inviolabilidade do sigilo das comunicações nos enlaces radioelétricos entre a Estação Rádio Base e a Estação Móvel e o art. 113 prevê as sanções aplicáveis.

O sigilo dos dados e da comunicação é assunto de grande relevância e relativa complexidade num mundo de cada vez maior exposição das pessoas, pelas mais diversas mídias. Estar anônimo na era da Internet parece ser uma missão difícil, o que torna ainda mais desafiadora a responsabilidade das operadoras em preservar os seus assinantes do assédio de terceiros, seja com fins comerciais ou, até mesmo, com fins criminosos, como os golpes via telefone.

Assegurar que todos os cuidados e meios sejam tomados pelos prestadores de serviço para impedir a violação desses direitos é função do Poder Público, por meio de normas e de fiscalização. Do ponto de vista regulatório, consideramos que essa tarefa está atendida. As leis existentes são o bastante para coibir os abusos.

O que carece de maior análise, ou de providências mais severas, é a aplicação da legislação, e não necessariamente o seu aperfeiçoamento. Sabemos que uma lei terá pouca ou nenhuma eficácia caso não ocorra a fiscalização e a punição dos que a descumprem. Nesse sentido, encorajamos uma atuação mais efetiva do Ministério Público, do órgão regulador e das empresas, no sentido de que as falhas sejam cumpridas e os erros, corrigidos.

A LGT prevê multa de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme a redação dos art. 72 e 179, pelo descumprimento da lei e das normas. Para a apuração dos fatos, compete à Anatel a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Descumprimento de Obrigações – Pado, que assegura o direito ao contraditório e à ampla defesa. Adicionalmente, consideramos que os órgãos de defesa do consumidor

e a Justiça são outras instâncias cabíveis no caso de reparação na hipótese de violação desses dados protegidos por diploma constitucional.

Pelas razões expostas, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei n.º 2.899, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado NELSON PROENÇA
Relator